FORMAÇÃO DOCENTE E ACESSIBILIDADE: BARREIRAS ENFRENTADAS PELOS GRADUANDOS DE PEDAGOGIA PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL DO IFB

Eduarda Bechepeche Frony Costa

0009-0004-4956-7320

Prof. Dra. Ellen Michelle Barbosa de Moura

0000-0001-6664-6419

Palavras-chave: Ensino Superior. Equidade. Educação Especial. Acessibilidade. Inclusão.

INTRODUÇÃO

A Educação Superior, etapa posterior à Educação Básica, tem como finalidade a formação profissional, a produção e difusão do conhecimento e a promoção da cidadania, em diálogo com a sociedade. Nesse contexto, a Educação Especial se configura como eixo transversal, voltado à garantia de participação plena dos estudantes com necessidades específicas. Dados do Censo de 2022 evidenciam desigualdades significativas: dos 198,3 milhões de brasileiros com dois anos ou mais, cerca de 14,4 milhões (7,3%) possuem deficiência, com predominância feminina.

O descompasso educacional é evidente, pois 63,1% das pessoas com deficiência com 25 anos ou mais não concluíram o Ensino Fundamental, enquanto entre pessoas sem deficiência esse índice é de 32,3%. No Ensino Superior, apenas 7,4% desse público concluiu essa etapa, frente a 19,5% entre aqueles sem deficiência. Mesmo com avanços legais, a efetivação da educação inclusiva ainda é limitada, e persistem barreiras como falta de acessibilidade, ausência de adaptações e restrições estruturais e pedagógicas, comprometendo a permanência e o sucesso acadêmico.

No curso de Pedagogia do IFB/Campus São Sebastião, identificam-se fatores que dificultam não apenas o ingresso, mas também a permanência e autonomia desses estudantes. As barreiras atitudinais aparecem em práticas capacitistas, baixas expectativas acadêmicas e

fragilidades na formação docente (Mantoan, 2013; Sassaki, 2003). Somam-se as barreiras pedagógicas, como pouca flexibilização curricular e escassez de recursos acessíveis (Brasil, 2008), além de barreiras arquitetônicas e comunicacionais, relacionadas à infraestrutura e acessibilidade. Esse conjunto contribui para a invisibilidade das demandas e para dificuldades concretas de permanência qualificada (IFB, 2023; UNESCO, 2009).

Este resumo tem como objetivo identificar as principais barreiras vivenciadas pelos estudantes da Educação Especial na graduação em Pedagogia do IFB/Campus São Sebastião, analisando os desafios relacionados ao acesso, à permanência e à participação acadêmica. Também busca ampliar o compromisso institucional com práticas de ensino e aprendizagem mais inclusivas, acessíveis e comprometidas com a equidade, contribuindo para a construção de um ambiente educacional que reconheça e valorize a diversidade dos sujeitos.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Este documento organiza-se em três eixos: a discussão teórica sobre Inclusão e Educação Especial no Ensino Superior, com abordagem qualitativa, exploratória e crítica; a análise de documentos institucionais do IFB Campus São Sebastião; e a investigação das barreiras vivenciadas por estudantes de Pedagogia (Nascimento, 2016).

A pesquisa tem caráter descritivo, pois busca caracterizar o público e identificar barreiras enfrentadas pelos graduandos, com foco na Educação Especial. A abordagem qualitativa permite compreender os fenômenos em seus contextos sociais e institucionais, valorizando as experiências dos sujeitos. O caráter exploratório se justifica pela necessidade de aprofundar uma temática ainda em consolidação, problematizando práticas que podem reproduzir exclusões.

Metodologicamente, utilizam-se análise documental e revisão bibliográfica, com exame de marcos normativos como o PPI do IFB, o PPC de Pedagogia do IFB/CSSB, a Resolução nº 024/2013, a Instrução Normativa nº 1/2024 e o Decreto nº 12.686/2025 (Soares, 2022). Esses documentos orientam a organização curricular e as políticas de inclusão. Nesse contexto, destaca-se o IFB, criado pela Lei nº 11.892/2008, no âmbito da expansão da Rede Federal.

O Instituto Federal de Brasília surge nesse processo de expansão da Educação Profissional, Científica e Tecnológica, consolidado a partir de 2008, com ampliação nos anos seguintes. O Campus São Sebastião atua nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, com

destaque para a formação de professores por meio da Licenciatura em Pedagogia, desempenhando papel relevante na formação para a educação básica.

CARACTERIZAÇÃO DA DEFICIÊNCIA E OS CONCEITOS RELATIVOS À INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A deficiência deve ser compreendida como uma construção social, o que implica reconhecer a responsabilidade coletiva na eliminação de barreiras e na promoção da equidade. As barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência extrapolam aspectos físicos, manifestando-se também de forma urbanística, arquitetônica, nos transportes, além de dimensões comunicacionais e atitudinais. Essas barreiras, muitas vezes invisíveis, possuem raízes históricas anteriores à Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela ONU em 2006 (Lei nº 13.146).

No ensino superior, os estudantes contam com o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), que contribui para a permanência e, em alguns casos, para a conclusão dos estudos. No Instituto Federal Goiano, esse suporte é considerado relevante para a redução da evasão universitária (Pletsch e Silva, 2025).

A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, realizada em 2006, teve impacto na criação de legislações específicas. Em 2009, o Brasil a incorporou por meio do Decreto nº 6.949, garantindo o direito à educação em todos os níveis, sem discriminação. Posteriormente, em 2015, foi instituída a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015).

As políticas de cotas, implementadas em 2012, inicialmente não contemplavam pessoas com deficiência. Essa inclusão ocorreu apenas em 2016, com a Lei nº 13.409, que alterou a Lei nº 12.711/2012, garantindo reserva de vagas em instituições federais.

O Decreto nº 12.686/2025 institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, reafirmando a educação como direito universal e estabelecendo sua transversalidade em todos os níveis. Entre seus dispositivos, destaca-se o Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE), documento pedagógico individualizado que orienta práticas docentes e recursos de acessibilidade.

Esse marco normativo busca superar a segregação histórica, atribuindo às instituições de ensino superior a responsabilidade de garantir acessibilidade, adaptações curriculares e

suporte pedagógico. A política também abrange a educação profissional e a EJA, reconhecendo a formação para o trabalho como dimensão da cidadania.

Os critérios para a formação dos profissionais, indicam a necessidade de formação específica em educação especial inclusiva. Institui também a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva, voltada ao fortalecimento da formação continuada, produção de materiais acessíveis e monitoramento das práticas.

No ensino superior, embora o NAPNE promova suporte aos estudantes com deficiência, estudos indicam que essas ações, isoladamente, não garantem mudanças estruturais mais amplas na inclusão (Pletsch e Silva, 2025).

A acessibilidade, conforme a ABNT NBR 9050, ultrapassa a presença física, envolvendo condições que assegurem uso seguro, autônomo e igualitário dos espaços. No contexto educacional, a inclusão não se limita ao acesso, exigindo adaptações que garantam participação efetiva no processo de ensino e aprendizagem.

ANÁLISE DA PLATAFORMA DO IFB

A plataforma “IFB em Números”, do Instituto Federal de Brasília, reúne dados relevantes sobre ensino, assistência estudantil e orçamento, porém apresenta uma lacuna significativa na representação de estudantes com deficiência. Embora disponibilize informações gerais sobre matrículas, não há indicadores ou visualizações que permitam identificar o perfil e a presença desse público na instituição.

Com base nos dados orçamentários (IFB EM NÚMEROS, 2026), o valor destinado ao auxílio ao estudante (R$826.587,12) corresponde a cerca de 0,19% do orçamento total do IFB. Esse percentual reduzido se justifica pela concentração dos recursos em despesas com pessoal, restando à assistência estudantil uma parcela limitada.

A análise das manifestações no SIC/IFB evidencia que as principais demandas concentram-se em dados estatísticos (14,29%), processos seletivos e concursos (8,16% cada), gestão de pessoas e orçamento (6,12%). Observa-se predominância de solicitações por transparência e informações institucionais, enquanto temas ligados diretamente à assistência estudantil aparecem com baixa incidência, especialmente no que se refere à inclusão de estudantes com deficiência, que sequer são mencionados nos dados. Isso pode indicar sub-representação dessas demandas, sugerindo invisibilidade, desconhecimento de direitos ou barreiras de acesso aos canais institucionais.

Os dados de 2025 (IFB EM NÚMEROS, 2025) revelam a concentração da assistência estudantil em estudantes não cotistas. Entre os ingressantes atendidos, cerca de 361 são cotistas e 1.546 não cotistas, evidenciando desigualdade no acesso inicial aos auxílios. Apesar da abrangência institucional, a distribuição permanece não equânime.

Nos programas específicos, essa assimetria se intensifica. No Programa Auxílio Digital, apenas 2 cotistas foram contemplados, frente a 7 não cotistas. Já no Programa de Desenvolvimento Técnico-Científico, apenas 3 cotistas foram atendidos contra 217 não cotistas, reforçando a baixa participação desse público e a concentração dos benefícios em grupos com menos barreiras estruturais. No recorte por faixa etária do Campus São Sebastião, há predominância de estudantes jovens, com 54 beneficiados entre 15 e 19 anos e 35 entre 20 e 24 anos, seguida de queda acentuada nas demais faixas. Esse padrão indica associação da assistência ao público juvenil, possivelmente vinculada ao ensino médio e à formação na Educação Profissional, Técnica e Tecnológica (EPTT).

A ausência de dados específicos compromete a efetividade das políticas de inclusão e dificulta a avaliação das ações voltadas à permanência de estudantes com deficiência. Essa invisibilização reforça a necessidade de aprimorar os mecanismos de coleta e divulgação de informações, em consonância com a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), que assegura o acesso à informação como direito fundamental.

Embora o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia do IFB (2016) preveja um semestre dedicado à Educação Especial, a presença desse componente curricular, por si só, não garante uma formação efetivamente inclusiva.

REFLEXÕES A PARTIR DOS RESULTADOS

A formação docente continuada constitui um elemento estruturante para a consolidação de práticas pedagógicas comprometidas com a equidade e a inclusão. Diferentemente da formação inicial, que oferece os fundamentos teóricos e metodológicos da docência, a formação continuada se configura como um processo permanente de reflexão crítica, atualização e ressignificação das práticas educativas diante das transformações sociais, culturais e políticas que atravessam o cotidiano escolar.

As tecnologias assistivas são fundamentais para a inclusão escolar de estudantes com deficiência, pois reúnem recursos que eliminam barreiras no processo de ensino e aprendizagem, garantindo maior equidade no acesso ao conhecimento. Ferramentas como leitores de tela e pranchas de comunicação ampliam a participação dos estudantes e fortalecem

sua autonomia, desde que utilizadas por educadores capacitados. É essencial o avanço das políticas públicas não apenas em aspectos normativos e financeiros, mas também na formação docente e no acompanhamento das práticas, para que a inclusão se efetive de forma concreta.

CONCLUSÃO

A análise realizada evidencia que, apesar dos avanços nas políticas públicas de inclusão, ainda persistem barreiras estruturais, pedagógicas e atitudinais que afetam diretamente a formação dos graduandos de Pedagogia público-alvo da Educação Especial no IFB Campus São Sebastião. Essas dificuldades não se limitam ao acesso ao ensino superior, mas se intensificam na permanência e no êxito acadêmico, revelando um distanciamento entre os direitos garantidos em lei e sua efetivação no cotidiano institucional. Embora iniciativas como o NAPNE e o Atendimento Educacional Especializado sejam fundamentais, sozinhas, não promovem mudanças estruturais capazes de assegurar uma inclusão plena.

Torna-se imprescindível compreender a inclusão como um processo contínuo que exige transformações nas práticas pedagógicas, na formação docente e na cultura institucional. Investimentos em acessibilidade, tecnologias assistivas, formação continuada e maior representatividade no currículo são caminhos essenciais para a construção de uma educação mais equitativa. Conclui-se que a superação das barreiras identificadas depende de um compromisso coletivo que vá além do cumprimento legal, promovendo condições reais de autonomia, aprendizagem e inclusão no ensino superior.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília (DF), 2015a. Acesso em: 3 mai. 2026

BRASIL. **Orientações para Implementação da Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC, 2015. Acesso em: 3 mai. 2026

MANTOAN, M. T.; CAVALCANTE, M. Inclusão escolar total: uma questão de tempo. **Inclusão Já**. Fórum Nacional de Educação Inclusiva, Rio de Janeiro, out. 2013. Acesso em: 3 mai. 2026

PLETSCH, M. D.; ROCHA, M. G. S. A etnografia como abordagem metodológica em pesquisas na Educação Especial. *In*: NUNES, L. R. D. P. (org). **Novas trilhas no modo de**

fazer pesquisa em Educação Especial. São Paulo: ABPEE, p. 73-88, 2020. Acesso em: 3 mai. 2026

PLETSCH, M. D. ; SILVA, S. N. L. E. . Como o caso de ensino pode contribuir para o planejamento educacional inclusivo?. PRÁXIS EDUCATIVA (UEPG. ONLINE) , v. 20, p. 1-16, 2025. Acesso em : 20 abr. 2026

SASSAKI, R. K. Paradigma da inclusão e suas implicações educacionais. **Revista Fórum**, v.1, p. 9-18, jun. 2002. Acesso em : 25 abr. 2026

SASSAKI, R. K. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. *In*: VIVARTA, V. (coord.). **Mídia e deficiência**. Brasília, DF: Andi/Fundação Banco do Brasil, p. 160-165, 2003. Acesso em :25 abr. 2026

SOARES, C. J. F. Análise descritiva qualitativa. Curitiba, PR: CRV, 2022. Acesso em: 3 mai. 2026